

5 Conclusão

Os casos de violência sexual no contexto do genocídio ruandês de 1994 retratados nesta dissertação demonstraram que estas práticas eram parte integrante do plano político de desumanização e destruição do grupo Tutsi. Ademais, a construção e consolidação do projeto de uma comunidade pura e homogênea criou a necessidade de exclusão da ameaça da alteridade Tutsi, culminando na adoção de mecanismos violentos de demarcação de fronteiras.

A presente dissertação almejou contribuir para a análise da relação entre a formação performativa da identidade, a cristalização de fronteiras entre identidade e diferença e a adoção de práticas predatórias e violentas para eliminação do Outro, informadas pela construção social de gênero. Foi nosso objetivo compreender como os tipos de violência adotados pelos perpetradores estão calcados em pressupostos de masculinidades e feminilidades que, quando combinados a outros aspectos da identidade (interseccionalidade), produzem a figura do inimigo e delimitam o corpo da mulher Tutsi como espaço de intervenção estatal¹³¹.

Nessa esteira, buscamos demonstrar que as construções hierárquicas binárias projetam um tipo ideal de homem associado ao papel de guerreiros justos (Elshtain, 1995), heróis, combatentes e protetores em oposição a um tipo ideal de mulher conectada à idéia de fragilidade, dependência, vulnerabilidade e à sua função de disseminar a identidade do grupo como reprodutoras. Por conseguinte, estas construções informam as ações dos perpetradores ao determinarem o tipo de violência designado para cada sujeito de acordo com a função social que exercem.

¹³¹ Como já destacamos, os tipos de violência adotados variam de acordo com os pressupostos e expectativas de gênero produzidos em determinado contexto e que tanto a violência sexual quanto as execuções sumárias estão imbricados nestas expectativas. Portanto, reconhecemos que mulheres e homens são vítimas de violência baseada no gênero, entretanto, nosso objetivo foi tão somente escrutinar a violência sexual contra mulheres Tutsis no genocídio ruandês de 94.

Tendo em vista esta diferenciação nos tipos de violações empregados, buscamos comprovar que as mulheres foram vítimas de violência sexual justamente por estarem associadas à vulnerabilidade e capacidade reprodutiva, responsáveis pela disseminação da identidade do grupo como um todo. Por outro lado, os homens foram vítimas de execuções sumárias, pois, devido ao seu papel de combatente e protetor do grupo, acreditava-se que eram integrantes e lutavam em prol da FPR (Frente Patriótica Ruandesa). Ainda que em Ruanda a atribuição da identidade fosse patrilinear, na prática, a eficácia na internalização do discurso inibiu a prática da gravidez forçada pelos perpetradores – como utilizada na ex-Iugoslávia – uma vez que as crianças dessa relação perpetrador-perpetrada eram vistas como futuros combatentes da FPR e, portanto, eram metade Tutsi, ainda que seu pai fosse Hutu. Cabe ressaltar ainda que não foi apenas a construção social de gênero que informou os tipos de violações perpetrados contra as mulheres Tutsis, mas também sua construção no imaginário local como inatingíveis e superiores aos homens Hutus e sua associação a um comportamento degradante e promíscuo, díspar da conduta virtuosa da mulher Hutu.

Vale salientar que mulheres também foram vítimas de assassinatos, em geral, posterior à violência sexual. Nos primeiros meses do genocídio homens e meninos foram os principais alvos das execuções (HRW, 1996; Des Forges, 1999; Jones, 2004), entretanto, a partir da metade de maio de 94, este quadro evoluiu e fez com que mulheres e crianças também fossem vítimas destas práticas de eliminação (Des Forges, 1999, p. 13). Entretanto, o fato de mulheres também terem sido vítimas de assassinatos não enfraquece nosso argumento acerca da variação dos tipos de violações de acordo com a construção social de gênero, ao contrário, corrobora nossa argumentação, uma vez que, em geral, estas mulheres sofreram a violência sexual antes da aniquilação¹³² e demonstra ainda o poder de articulação e co-constituição dos discursos.

¹³² Ainda que muitas não tenham sofrido violência sexual antes de serem assassinadas e tenham sido vítimas apenas de execuções sumárias, esta constatação não invalida nosso argumento, pois ele está embasado em um panorama geral, indicando uma tendência, baseada na constatação de relatórios e depoimentos de sobreviventes e não tem como objetivo abarcar todos os casos.

Ao examinar o genocídio ruandês de 1994 e as práticas discriminatórias perpetradas rumo à exclusão da diferença percebemos que as teorias tradicionais não conseguiram lidar com as particularidades, complexidades e incertezas presentes nas relações internacionais, uma vez que a primazia do estadocentrismo e sua associação automática à garantia de segurança a seus cidadãos impedem o reconhecimento de que este ator possa ser o causador da insegurança por meio da adoção de práticas predatórias, como o caso em análise demonstrou. Ademais, demonstramos que o projeto de construção da identidade nacional – que tem por base a criação de uma comunidade pura e homogênea – requer o estabelecimento de um Outro ameaçador à identidade do Eu, legitimando o uso de práticas de homogeneização patológica (Rae, 2002). Ressaltamos ainda que a formação do Estado moderno está baseada em discursos genderizados e que a relação do Estado com a política do corpo é constitutiva da forma tipicamente moderna de formação e reprodução das comunidades.

Nesse sentido, ao utilizarmos as contribuições da literatura de gênero foi possível demonstrar que a formação da identidade e as práticas violentas de exclusão do Outro estão imbricadas nas construções e expectativas de gênero sancionadas socialmente. Foi a partir das lentes de gênero da corrente pós-moderna/pós-estruturalista que pudemos desnaturalizar as categorizações binárias e hierárquicas entre masculino e feminino e notar como as relações de poder produziram e estabilizaram determinados significados a partir de pressupostos associados à masculinidade hegemônica e sua relação com as outras masculinidades e feminilidades subordinadas. Constatamos ainda que o corpo dos indivíduos foi objeto de intervenção estatal por ser o lócus no qual os pressupostos e expectativas de gênero estão materializados, dando forma à política do corpo. Com base nesse arcabouço teórico, propusemo-nos a analisar a relação entre o corpo político do Estado e seu controle sobre os corpos dos indivíduos, ponderando como a construção social de gênero atua constitutivamente na dinâmica do conflito, por meio da análise da violência sexual contra as mulheres do grupo Tutsi.

Cumpramos ressaltar as limitações da pesquisa. Devido ao escopo restrito desta dissertação, concentramo-nos em escrutinar a relação entre o corpo político do

Estado e a política do corpo, enfatizando o uso da violência sexual contra as mulheres Tutsis no genocídio ruandês de 1994. Contudo, questões relevantes, tais como a violência baseada no gênero contra os homens, os traumas pós-violação e o processo de reconciliação da sociedade ruandesa, não puderam ser analisadas neste trabalho, vigorando como possíveis temas para investigações futuras.

A presente dissertação teve por fim responder à seguinte problemática: de que maneira a categorização da diferença inscrita no corpo, baseada na construção social de gênero, fomenta a adoção de práticas de violência sexual contra as mulheres Tutsis em nome de uma política de Estado no genocídio ruandês de 94? E ainda, como a construção e cristalização de mítico-narrativas moldam a realidade local e permitem a categorização do grupo-alvo, delimitando o horizonte de ação no qual a violência sexual passa a ser considerada?

Segundo nossa hipótese, o processo de formação da identidade – na qual a dimensão de gênero é parte constitutiva – se deu por meio de performances, informando os tipos de violência adotados no caso ruandês e permitindo a transformação do corpo da mulher em um espaço de intervenção estatal. A demonstração de nossa hipótese foi feita com base no cumprimento de dois objetivos principais:

(1) elucidar que as práticas de violência sexual contra as mulheres era parte integrante do plano político orquestrado pelo Estado ruandês com o intuito de controlar e erradicar o grupo-alvo, construído no imaginário local como inimigo.

(2) demonstrar que a utilização da violência sexual como mecanismo de marginalização da diferença combinou os pressupostos e expectativas de gênero com a construção local do estereótipo da mulher inimiga, delineando o perfil do grupo-alvo. Assim, a interseção entre construções sociais de gênero, combinadas com a identidade e atreladas às expectativas de comportamento permitiram que tais práticas fossem utilizadas contra as mulheres do grupo Tutsi.

Nosso primeiro passo foi resgatar a contribuição das perspectivas pós-estruturalistas de gênero, apontando para o caráter relacional, discursivo e contingente das identidades (Campbell, 1992; Doty, 1993; Butler, 1997a), essencial para nossa tentativa em demonstrar como se deu a formação das identidades na

sociedade ruandesa nos diferentes períodos e a posterior formação de uma alteridade radical ameaçadora que deveria ser excluída. Nesse âmbito, foi possível notar que as identidades foram fabricadas discursivamente por meio de relações de poder, estabilizando categorias binárias e hierárquicas.

Uma vez que a comunidade política e o sentimento de pertencimento e identificação foram construídos na modernidade mediante a articulação do discurso de negação da diferença (Campbell, 1992; Walker, 1993) o processo de exclusão da diferença entre hutus e tutsis revela o discurso como prática de poder, reproduzindo e moldando as relações sociais entre Eu e Outro. Portanto, foi pela cristalização e naturalização destes discursos que o processo de exclusão da diferença encontrou um meio de se materializar, permitindo a eliminação do Outro por meio de práticas discriminatórias.

A constituição da identidade por meio da relação com a diferença permitiu a construção de hierarquias e binários que categorizassem o Eu em oposição ao Outro, criando um espaço moral que requer a exclusão da diferença e legitima práticas predatórias para lidar com essa ameaça, culminando no genocídio. Por conseguinte, uma vez que as representações políticas são construídas socialmente por meio de discursos de poder, esta naturalização e marginalização do Outro como ameaçador do Eu não tem qualquer fundação e pode sempre ser alterada. Cumpre ressaltar que o genocídio não era inevitável, mas foi fruto das rearticulações identitárias e relações de poder que autorizaram este curso de ação em prol da manutenção de uma comunidade pura e homogênea, constitutiva do projeto de formação do Estado moderno (Campbell, 1992; Walker, 1993; Rae, 2002).

Nesta esteira, a dissertação buscou evidenciar como as identidades genderizadas se articulam nesse processo, permitindo a adoção da violência sexual como estratégia de formação estatal por meio de uma combinação específica de expectativas associadas à masculinidade e feminilidade que corrobora o corpo da mulher como espaço de intervenção e subordinação. Nesse sentido, foi nosso objetivo demonstrar como o corpo é instrumentalizado como o lócus das rearticulações identitárias na tentativa de construção de uma comunidade homogênea de forma violenta. Buscamos demonstrar ainda que o gênero é um elemento constitutivo das

relações sociais de poder, que ganha sentido pela atribuição de símbolos e significados atrelados ao masculino e ao feminino, informando os diferentes tipos de violência destinados a homens e mulheres.

O passo seguinte foi examinar como o referencial simbólico e a constituição discursiva produzem efeitos de cristalização, ao serem constantemente reificados, atingindo status de verdade. Para tanto, nosso foco recaiu sobre as análises das múltiplas e sobrepostas mítico-narrativas que moldaram o imaginário local, contribuindo para a evolução do processo violento de exclusão do Outro em genocídio. Nossa opção pelo foco nas mítico-narrativas levou em consideração não só a co-constituição do discurso, mas as especificidades do caso ruandês no qual mito e realidade se fundem.

Buscamos enfatizar que nosso compromisso não englobava a busca pelas origens dos grupos sociais, tampouco as causas do genocídio. Contudo, buscamos salientar que a atribuição da origem destes grupos sociais vigorava no imaginário local como condição necessária para que “a” história pudesse se completar. Assim, a opção por uma origem comum ou separada variou de acordo com a verdade que se pretendeu estabelecer.

Desse modo, foi importante examinar os impactos do discurso sobre a constituição da realidade por meio da produção de efeitos de verdade, ressaltando os mitos e as supostas verdades construídas pelo discurso de fomento à diferença, evidenciando que estas não são fundacionais, naturais ou essenciais, tanto em relação à produção da diferença externa quanto internamente. Ainda neste âmbito, buscamos demonstrar a eficácia do discurso de ódio ao Outro na mobilização das massas por meio dos meios midiáticos, como a RTLM e o jornal Kangura.

Observamos ainda que alguns autores, como Mamdani (2001) e Newbury (1988), centram suas análises nas instituições estatais e apenas admitem a possibilidade de variação/contingência das identidades enquanto frutos da manipulação das elites estatais, comprometendo a compreensão destas enquanto identidades políticas. Nessa esteira, buscamos enfatizar que não foi somente o poder estatal que moldou as relações sociais, mas o poder capilarizado e descentralizado, presente em toda e qualquer prática social.

No capítulo 4, destacamos como se deu o projeto de construção de uma identidade estatal que considera fronteiras morais e demanda a exclusão da diferença por meio de práticas de homogeneização patológica (Rae, 2002) em Ruanda, visando demonstrar que tal projeto leva em consideração uma concepção de identidade genderizada e inscrita no corpo físico dos indivíduos, dando forma à política do corpo. Um dos objetivos deste capítulo foi identificar a esfera na qual a soberania abandona os limites estatais e se insere na vida privada dos indivíduos, dando forma à biopolítica.

Demonstramos a artificialidade das fronteiras entre a esfera pública e privada, indicando a capacidade de inserção do Estado no comportamento e na vida privada dos indivíduos. Tendo isso em vista, objetivamos evidenciar que a sexualidade atuou como elemento fundamental de controle social, nesse sentido, havia um modelo comportamental adequado estabelecido pelo governo e atrelado às expectativas de gênero que regularam a vida das mulheres em geral – nos anos 80, quando o governo instituiu uma campanha de choque de moralidade (Taylor, 1999, p. 161) – e das mulheres Tutsis em particular, na época do genocídio. Trata-se então de uma política estatal que interfere diretamente na vida privada, tendo por base os pressupostos de gênero atrelados a um modelo comportamental “adequado às mulheres descentes”.

Assim, demonstramos que a identidade das vítimas, associadas às expectativas de gênero e a construção no imaginário local do perfil da mulher inimiga, legitimou a intervenção estatal por meio de práticas de violência sexual que buscassem destruir a identidade ameaçadora à construção da comunidade vislumbrada pelos Hutus.

O empenho do governo ruandês em mobilizar toda a população e a utilização do aparato burocrático do Estado reflete a capacidade de organização e implementação de uma política genocida sob supervisão de uma autoridade centralizada, com a participação direta de membros do exército, líderes das comunidades, ministros, prefeitos, evidenciando que o genocídio não foi consequência de um Estado falido, mas fruto das articulações de um plano político bem delineado por uma autoridade centralizada.

O principal objetivo deste capítulo foi evidenciar que a violência sexual foi parte integrante do plano político do governo ruandês na tentativa de eliminação do

grupo Tutsi, construído como uma alteridade radical inassimilável e ameaçadora à identidade do Eu. A utilização da violência sexual serviu para enfraquecer o grupo Tutsi como um todo, visto que era uma forma de passar a mensagem aos homens de que estes não foram capazes de proteger suas mulheres e ainda romper os laços com a família e a comunidade, uma vez que as vítimas eram estigmatizadas e marginalizadas por terem violado a honra da família/comunidade.

Dezessete anos após o genocídio, Ruanda tem feito muito para se reconstruir, mas permanece marcada pelo passado. O legado do genocídio de 1994 afeta quase todos os setores da sociedade ruandesa: o governo, os sobreviventes, os perpetradores e os refugiados que regressaram ao país após a onda de violência. Além do trauma de terem assistido a um dos maiores e mais eficazes genocídios da história, os sobreviventes enfrentam múltiplas dificuldades, especialmente as mulheres, que contraíram o vírus da AIDS como consequência direta da violência perpetrada pelos estupradores, têm de lidar com o fato de serem marginalizadas pela própria família e/ou comunidade por terem sido vítimas de violência sexual e muitas ainda arcam com a responsabilidade de criar as crianças frutos da relação perpetrador-vítima, conhecidas como “*enfants mauvais souvenir*” ou “*children of bad memories*”.

No entanto, o governo pós-genocídio tem implementado uma política de unidade e reconciliação, promovendo o crescimento econômico, a estabilidade e fazendo grandes avanços como a aprovação de uma nova Constituição, a abolição das carteiras de identidade étnicas, o fomento da Gacaca¹³³ – uma forma de justiça local criada para lidar com os acusados de crimes durante o genocídio – e a implantação de reformas jurídicas, ampliando a participação das mulheres.

Os depoimentos das vítimas demonstraram que as feridas do passado ainda estão abertas e que as seqüelas do genocídio ainda se fazem presentes no dia-a-dia da sociedade ruandesa. No entanto, o comprometimento com o ideal de reconciliação é imensurável; mais do que a capacidade de mobilização em prol deste objetivo, a reconciliação parece ser a única opção viável para reconstrução da sociedade

¹³³ A partir do ano de 2008 os casos em andamento nos tribunais da Gacaca foram sendo transferidos para as cortes convencionais, foram introduzidos os Mediation Committees (Abunzi) tentando integrar os dois tipos (Ngoga, M. Entrevista concedida a Fernanda Barreto Alves. Kigali, 02 ago 2011). Para mais informações nesse sentido ver o site do Ministério da Justiça de Ruanda. Disponível em: <<http://www.minijust.gov.rw/moj/mediationcommittees.aspx>>. Acesso em: 20 ago 2011.

ruandesa. Diversos projetos do governo buscam tornar a reconciliação uma realidade, dentre estes a criação da Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação¹³⁴ que busca fiscalizar e implementar projetos que consolidem a unidade entre todos os ruandeses e extirpe qualquer forma de discriminação, intolerância ou xenofobia. Outro projeto que merece destaque é a criação de uma vila (*Imidugudu*) em Nyamata, sul de Kigali, na qual perpetradores e vítimas vivem lado a lado, demonstrando o comprometimento com o projeto de reconciliação.

Os extremos da experiência humana estão presentes em Ruanda. Após a experiência traumática do genocídio, os sobreviventes estão comprometidos com o ideal da reconciliação¹³⁵, entretanto, ignorar o passado não parece ser uma alternativa. As iniciativas do governo buscam ressaltar o que aconteceu para evitar que se repita no futuro, assim, o lema que vigora entre os sobreviventes é “perdoar sim, esquecer nunca”. Isto corrobora nosso argumento de que a estabilização do Outro como mau, inferior, subdesenvolvido, ameaçador, violento não é natural e a concepção e naturalização destes padrões como uma verdade absoluta, inviolável, não abre premissa para o diálogo. Com isso, a não-aceitação do Outro e a conseqüente tentativa de exclusão deste, acaba por levar ao conflito, contudo, como a diferenciação é relacional, a percepção da diferença é subjetiva e passível de mudanças, uma vez que as identidades e fronteiras não são fixas e imutáveis.

Portanto, esta dissertação propõe que futuros projetos questionem e problematizem a visão essencialista acerca das questões que envolvem identidade e diferença. Desse modo, em vez de serem vistos como categorias naturais e fixas, tais oposições binárias podem ser encaradas como categorias passíveis de contestação, uma vez que são conceitos contingentes, construídos e reconstruídos historicamente. Além disso, é mister ressaltar que a dicotomização destes conceitos refletem os discursos socialmente construídos, portanto, por não serem fixos ou imutáveis, sempre haverá a possibilidade de transformação da realidade social.

¹³⁴ Para maiores informações ver o site da Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação. Disponível em: < <http://www.nurc.gov.rw/home.html>>. Acesso em: 20 de ago 2011.

¹³⁵ Apesar de observar que a população como um todo está comprometida com a reconciliação, não é possível medir até que ponto isso é fruto da internalização do discurso do governo ou vontade pessoal e/ou capacidade de perdoar os perpetradores.